Capítulo 36

As transformações políticas: a França

Desde o século X, o Reino da França se dividia em principados (ducados e condados), que formavam os grandes feudos, junto com os feudos eclesiásticos. Condes, duques e bispos eram como soberanos. A autoridade do rei se resumia ao controle das cidades e do domínio real. O renascimento comercial e urbano e a crise do feudalismo fortaleceram o poder real. A Monarquia Feudal evoluiu para uma *Monarquia Nacional*. Na França, o fenômeno atingiu sua plenitude.

Chamava-se tal poder de nacional porque se estendia sobre a *nação* — um povo com sua língua, religião, usos, costumes e história. Cada nação se assentava sobre um país. A base geográfica e cultural permitia a formação de um *Estado Nacional*. Como o poder do rei se confundia com o Estado, chamamos a esse Estado Nacional de Monarquia Nacional.

As condições para a formação dessas monarquias foram: o desenvolvimento do capitalismo, que significava burguesia mais forte, portanto rei mais forte, pois era apoiado por ela; e a crise feudal, que significava nobreza mais fraca, portanto rei mais forte. A burguesia queria a uniformização do território, com barreiras, leis, justiça, pedágios, impostos, pesos e medidas unificados. Sem mercado interno forte, ela não poderia concorrer com as burguesias de outros países. Na verdade, o interessante seria apenas unificar o Estado, pois, ao centralizá-lo, punha-se o poder nas mãos do rei. Assim, a Monarquia Nacional e sua forma evoluída, o absolutismo, foram um estado de transição entre o poder indireto e o poder direto da burguesia, este conseguido na época contemporânea através de revoluções.

As crises de retração e crescimento favoreceram a centralização do poder real. A crise de retração do século XIV provocou revoltas, e os nobres apelaram ao rei para sufocá-las. Na crise de crescimento do século XV, a alta burguesia também apelou ao rei para conter distúrbios nas cidades; e a expansão marítima, solução para a crise, só se daria caso o rei canalizasse recursos da nação, pois se tratava de empreendimento muito grandioso.

No plano político também havia elementos favorecedores do poder centralizado. Sendo por tradição hereditário e de origem divina, o poder real não sofria interrupção e não tinha de prestar contas a ninguém. Há mais um fator indireto da centralização: o aparecimento do ensino universitário. Os burgueses *legistas* passaram a conhecer o Direito Romano e a encontrar meios de justificar legalmente o direito exclusivo dos reis de distribuir a justiça e fazer as leis.

1. Mecanismos da centralização

Para dominar o aparelho de Estado, o rei precisa ter o monopólio de três elementos: *força, justiça* e *tributação*. O rei conseguiu o monopólio da força criando exércitos mercenários, que substituíam o antigo exército vassalo. O aparecimento da infantaria democratizou o exército e marcou a decadência da cavalaria e da nobreza. As *milícias* urbanas constituíam característica marcante dos exércitos nacionais.

A força permitia ao rei cobrar impostos e ampliar seus domínios, eliminando o poder dos nobres. O rei organizou leis escritas, em substituição às leis costumeiras feudais. A transformação da corte real em corte de justiça da nação foi o passo final para a centralização.

2. Evolução da Monarquia na França

O feito dos primeiros quatro reis capetíngios (987-1108) foi preservar a dinastia, fortalecendo a hereditariedade. Os domínios reais aumentaram quatro vezes quando Luís VII casou com Alienor, herdeira do Ducado da Aquitânia. Luís VII (1137-1180) deixou o governo para chefiar a Segunda Cruzada. Divorciou-se de Alienor, que casou com o futuro rei Henrique II da Inglaterra, Henrique de Plantageneta, nome da dinastia iniciada por ele, tendo como símbolo uma planta, a giesta. Até Luís VII, houve progressos políticos, com muito respeito e confiança no rei.

Filipe Augusto — Com o filho de Luís VII, a centralização entrou em fase decisiva. Filipe, em guerra contra a Flandres, estendeu a frontei-

ra dos domínios até o Rio Somme. Instigou a divisão entre os reis ingleses. Atraiu Ricardo, Coração de Leão, para a Terceira Cruzada e, voltando do meio do caminho, atacou a Normandia. Depois da cruzada, Ricardo o derrotou, mas morreu combatendo um vassalo rebelde. Filipe derrotou então João Sem-Terra, novo soberano inglês, e arruinou o domínio plantageneta na França. João Sem-Terra organizou uma coligação, mas foi novamente derrotado. Houve exaltação nacional na França e, em 1215, João foi obrigado a aceitar a *Carta Magna*, imposta pelos barões ingleses para limitar-lhe o poder. Filipe outorgou cartas de comuna a várias cidades. Paris tornou-se a capital do reino.

Luís IX — Muito religioso, participou de duas cruzadas e morreu na oitava (1270), o que lhe valeu a canonização. Instituiu o *direito de apelo*: todo cidadão poderia apelar para a corte do rei. Combateu os duelos e guerras privadas. Apaziguou as relações com os reis ingleses.

Filipe IV, o Belo — O processo de centralização atingiu o auge. Filipe, o Belo, cercou-se de legistas que legitimaram o poder real. O fato culminante do reinado foi a luta contra o poder universal do papado. Bonifácio VIII, então papa, opôs-se à cobrança de impostos sobre bens da Igreja, e Filipe proibiu que as rendas eclesiásticas fossem remetidas a Roma. O papa ameaçou-o com a excomunhão. Um legista de Filipe, Nogaret, acusou Bonifácio de heresia e simonia. Filipe foi excomungado. Nogaret invadiu a Itália e cercou a vila do papa que, idoso e magoado, morreu. Sucedeu-o um papa de transição, Bento XI; o seguinte, Clemente V, era francês e sua eleição foi influenciada por Nogaret. Clemente V transferiu a sede do papado para Avignon, sul da França, em 1309. Os papas ali residiram até 1377.

O papa passava a instrumento do rei. Autorizou o Estado a cobrar o dízimo sobre o clero. Filipe tinha outras fontes de renda: *empréstimos*, impostos sobre operações comerciais, e *subsídios*, pagos por quem quisesse ficar livre do serviço militar. Ainda havia meios menos legais de obter recursos: alterar o conteúdo das moedas ou confiscar bens de judeus ou comerciantes italianos.

Filipe voltou-se então para os *templários*, ordem de cavaleiros enriquecidos durante as Cruzadas, que, como um banco, emprestavam dinheiro ao papa, aos reis e príncipes. O rei queria confiscar-lhes os bens e, acusados por Nogaret de perversidades, eles foram presos em massa. O mestre da ordem, Jacques de Molai, foi queimado vivo com outros 54 cavaleiros.

Com a morte de Carlos IV, filho e sucessor de Filipe, a sucessão se complicou. Carlos não tinha filho homem e a lei dos francos sálios (*lei sália*) impedia a ascensão de mulheres. Os franceses decidiram-se por Filipe VI de Valois, sobrinho de Filipe, o Belo, que inaugurou nova dinastia. Os capetíngios tinham restaurado o poder real e organizado o Estado. Agora se iniciaria um período de conflitos com a Inglaterra.

3. A Guerra dos Cem Anos

Havia duas razões principais para a guerra: Eduardo III, neto de Filipe, o Belo, e rei da Inglaterra, iniciou a invasão em 1337, intitulando-se rei da França; a segunda causa, de natureza econômica, opunha interesses franceses e ingleses na disputa pela hegemonia sobre a Flandres.

Os ingleses tiveram vitórias espetaculares até que a Peste Negra obrigou os combatentes a uma trégua. A guerra recomeçou em 1355, e os franceses foram novamente derrotados. Em 1360, assinaram a Paz de Brétigny: os ingleses renunciavam à coroa francesa mas recebiam a suserania sobre todas as regiões conquistadas.

Com Carlos V (1364-1380), a situação pendeu para os franceses. O nobre Bertrand Duguesclin aniquilou três exércitos, após dominar o rei de Navarra e aliado dos ingleses, Carlos, o Mau. Mas a fase seguinte foi difícil, pois o rei francês Carlos VI, com 12 anos, ficou sob a regência de parentes e, a seguir, eclodiu uma guerra civil entre partidários doDuque de Orléans e do Duque de Borgonha, João Sem-Medo. Aliado aos ingleses, João tornou-se chefe do reino mas foi assassinado por partidários do rei. Seu filho Filipe, o Bom, aliou-se definitivamente aos ingleses, que impuseram aos franceses o Tratado de Troyes, em 1420. O tratado determinava que a filha de Carlos VI casasse com Henrique V da

Inglaterra, que passava a ser rei da França. Morto Carlos VI, Carlos VII, herdeiro legítimo, passou a ser reconhecido no sul.

Em 1429, um fato extraordinário mudou o curso da guerra. Orléans, sitiada pelos ingleses, foi libertada por uma camponesa mística, Joana d'Arc. Após outras vitórias, Carlos VII foi coroado, em meio ao entusiasmo nacional. Os borguinhões prenderam Joana e a venderam aos ingleses, que, imaginando apagar a chama nacionalista francesa, acusaram-na de bruxaria, e a Igreja a queimou viva em Ruão, em 1431.

A paz entre o Duque de Borgonha e Carlos VII enfraqueceu os ingleses. Os franceses os derrotaram em Formigny (1450) e Castillon (1453), tomando Bordeaux e pondo fim à Guerra dos Cem Anos.

4. Reafirmação do poder real

Carlos VII, aconselhado pelos legistas, governou com poderes quase absolutos. Alguns impostos tornaram-se permanentes: sobre a venda de mercadorias (*aides*); sobre o sal (*gabela*); sobre pessoas ou sobre suas terras (*talha*). A reorganização financeira permitiu a manutenção de um exército, poderoso, com o aperfeiçoamento da cavalaria, artilharia e corpo de arqueiros.

Luís XI (1461-1483), sucessor de Carlos VII, reafirmou o poder real, a fim de concretizar o ideal do poder absoluto.

Questões propostas

1. Em que consistia a Monarquia Nacional?

2. Que fatores contribuíram para a formação das Monarquias Nacionais?

3. Por que se diz que Filipe Augusto inicia verdadeiramente o processo de formação da Monarquia Nacional na França?

4. Quem completou o processo de centralização do poder? Resuma seu reinado.

5. Por que explodiu a Guerra dos Cem Anos? Resuma seus principais episódios.

6. Que feitos notabilizaram Carlos VII além da vitória contra os ingleses?

Os habitantes de Troyes entregam as chaves da cidade ao rei Carlos VII e a Joana d'Arc. Troyes foi a primeira cidade libertada por Joana d'Arc no seu caminho para Paris.